



**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E DE OBRAS PÚBLICAS**

---

EXMA SENHORA  
**Presidente da Comissão de Orçamento,  
Finanças e Modernização Administrativa**

N/Refª: **SO/CEIOP**

Data: 20 de fevereiro de 2019

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer referente à Conta Geral do Estado - 2017 que foi aprovado com os votos a favor do PS, BE e PCP, contra do PSD e CDS-PP, na reunião desta Comissão realizada em 20 de fevereiro.

Com os meus melhores cumprimentos,

**Hélder Amaral  
Presidente**





---

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

**Parecer**

**Conta Geral do Estado 2017**

**Autor: Deputado**

**Heitor de Sousa (BE)**

---

## ÍNDICE

### PARTE I - CONSIDERANDOS

1. Introdução
2. Contexto económico Internacional
3. Contexto Económico Nacional
4. Análise Sectorial
  - 4.1. Planeamento e Infraestruturas (PO14)
  - 4.2. Economia (PO15)
  - 4.3. Ambiente (PO16)
  - 4.4. Mar (PO17)
  - 4.5. Mar (PO18)

### PARTE II - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

### PARTE III - CONCLUSÕES

## PARTE I – CONSIDERANDOS

### 1 - Introdução

A Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) remeteu à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP) a Conta Geral do Estado (doravante, CGE) relativa ao ano económico de 2017<sup>1</sup>, acompanhada dos pareceres do Tribunal de Contas (Parecer sobre a CGE de 2017)<sup>2</sup>, da Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República (Relatório nº 1/2019 – Apreciação da Conta Geral do Estado de 2017)<sup>3</sup> e do parecer do Conselho Económico e Social sobre Conta Geral do Estado de 2017<sup>4</sup>, a fim de ser elaborado o competente parecer por esta Comissão, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 205.º do Regimento da Assembleia da República.

Importa recordar que a Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) foi aprovada pela Assembleia da República em 29 de novembro de 2016, entrando em vigor em 1 de janeiro de 2017.

Para a elaboração do presente Parecer foi analisada a CGE de 2017, remetida pela Direção Geral do Orçamento (DGO), e foram tidos em consideração os referidos pareceres. O Parecer desenvolve-se de acordo com o Índice e a análise setorial incide sobre as áreas temáticas que a CEIOP acompanha, nos termos do seu Regimento.

---

<sup>1</sup> Publicada em 4 de julho de 2018 em Diário da Assembleia da República (IIª série A-nº 135). Toda a documentação remetida em 07/02/2018 encontra-se em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/13/03/135S1/2018-07-04/2?pgs=2-4820&org=PLC>

<sup>2</sup> Publicado em 19/12/2018, consulta em: <http://www.tcontas.pt/pt/actos/parecer-cge/2017/parecer-cge-2017.shtm>

<sup>3</sup> Parecer aprovado em 02/02/2019, disponível em:

[http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleActividadeParlamentar.aspx?BID=109334&ACT\\_TP=CGE](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleActividadeParlamentar.aspx?BID=109334&ACT_TP=CGE)

<sup>4</sup> Parecer aprovado em 12/10/2018 em Plenário do CES, com consulta em:

[http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleActividadeParlamentar.aspx?BID=109334&ACT\\_TP=CGE](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleActividadeParlamentar.aspx?BID=109334&ACT_TP=CGE).

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

Os dados referentes ao Orçamento e respetiva execução têm origem na DGO e constam da publicação do Diário da Assembleia da República, de 4 de julho de 2018, IIª Série-A nº 135.

Os dados estatísticos utilizados para a análise económica geral nacional e internacional foram os produzidos pelo INE, Contas Nacionais e, na maior parte dos casos, são os publicados na CGE 2017 da DGO.

## **2 - Contexto Económico Internacional**

Do Relatório da Conta Geral do Estado (CGE) são postos em evidência os seguintes fatores que explicam a situação económica internacional em 2017 e, em particular, da zona euro, que destacamos:

A **Economia Mundial** assistiu, em 2017, a um reforço do seu crescimento para 3,8% (3,2% em 2016), aproximando-se do ritmo observado antes da crise financeira de 2008 (média de 4,2% entre 1997 e 2007).

Para esta evolução contribuíram as seguintes dinâmicas económicas:

- a aceleração das economias avançadas, nomeadamente dos EUA e do Japão e em menor grau da União Europeia e do conjunto da área do euro;
- a aceleração do comércio mundial de bens e serviços, para 4,9% em volume em 2017 (o valor mais elevado desde 2012), embora ainda abaixo do crescimento registado na década que antecedeu a última crise financeira internacional (média de 7,1% entre 1997 e 2007).
- a melhoria do comércio mundial deveu-se sobretudo ao maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos, tendo sido mais pronunciado em termos de importações.

Quanto à **Economia da zona euro** registaram-se também melhorias em termos agregados, tendo o produto interno bruto (PIB) registado um crescimento de 2,4% em 2017, o mais elevado desta

década, até então (1,8% em 2016). Esta evolução explica-se em resultado da conjugação de vários fatores:

- uma aceleração das exportações (de 3,4% em 2016, para 5,1% em 2017) refletindo uma procura externa sólida, resultado da retoma da economia mundial.
- Um comportamento do investimento relativamente moderado, apesar das condições de financiamento se terem mantido favoráveis e da continuação da orientação muito acomodatória da política monetária do BCE;
- Uma evolução do consumo privado em níveis de crescimento moderado, beneficiando da melhoria das condições no mercado de trabalho e dos progressos alcançados em termos de redução do endividamento das famílias. De facto, o emprego reforçou o seu crescimento, tendo registado um aumento de 1,6%, em média, em 2017 (1,3% em 2016) e a taxa de desemprego desceu, situando-se em 8,6% em dezembro de 2017 (9,6% em dezembro de 2016).
- Manutenção das taxas de juro de curto prazo na área do euro em trajetória descendente ao longo de 2017, renovando níveis historicamente baixos, com a Euribor a 3 meses a situar-se, em média, em -0,33% (-0,26% em 2016); enquanto nos EUA, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o movimento ascendente, tendo a Libor subido para 1,26% (0,74%, em média, em 2016) refletindo o prosseguimento da normalização da política monetária em linha com a expansão económica e a subida da inflação.

### 3 – Contexto Económico Nacional

#### Procura

Neste enquadramento, a atividade económica da Economia Portuguesa, medida pelo produto interno bruto (PIB), cresceu 2,7% em 2017, acelerando face aos 1,6% de 2016.

Esta evolução está ligada às seguintes circunstâncias:

- Ao crescimento da atividade económica, desigual ao longo do ano e mais intenso na primeira metade do ano, com um crescimento médio de 3%, com uma desaceleração na segunda

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

metade para 2,4%, que ficou a dever-se, sobretudo, à dinâmica do investimento e, por outro lado, a uma ligeira aceleração do consumo privado;

- A um desempenho mais robusto do PIB, devido, sobretudo, a uma maior dinâmica da procura interna, enquanto a procura externa líquida registou um contributo inferior ao projetado (projeção do OE 2017-outubro de 2016).
- No capítulo das exportações, a procura externa líquida saldou-se por uma redução ligeira face ao ano anterior, fruto das exportações crescerem 7,8%, acima dos 4,4% de 2016. Esta aceleração deveu-se, em grande medida, à forte dinâmica das exportações de serviços (10,9%), com destaque para o setor do turismo, sendo que as importações, por seu turno, cresceram 8,1%, 3,4 p.p. acima do ano precedente, tendo esta aceleração sido sentida tanto ao nível da componente de bens (+3,2 p.p.), como dos serviços (+5,2 p.p.).

Quadro 1 – PIB e principais componentes

	(taxas de variação homóloga, em %)												
	2015	2016	2017	2017 (OE2017)	2016				2017				
					I	II	III	IV	I	II	III	IV	
Taxa de crescimento homólogo real (%)													
<b>PIB</b>	1,8	1,6	2,7	1,5	1,1	0,9	2,0	2,4	2,9	3,0	2,4	2,4	
Consumo Privado	2,3	2,1	2,3	1,5	2,3	1,2	2,0	2,9	2,4	2,0	2,6	2,0	
Consumo Público	1,3	0,6	-0,2	-1,2	1,6	0,7	0,2	0,0	-0,4	-0,7	0,2	0,2	
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8	1,5	9,2	3,1	-0,7	-1,0	1,7	5,8	9,7	11,4	10,0	5,9	
Procura Interna	2,7	1,6	2,8	1,2	1,5	0,7	1,3	2,8	2,6	2,8	3,4	2,4	
Exportações	6,1	4,4	7,9	4,2	3,5	1,8	5,5	6,8	10,1	8,1	6,2	7,3	
Importações	8,5	4,2	7,9	3,6	4,4	1,3	3,7	7,5	9,0	7,3	8,4	7,1	
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)													
Procura Interna	2,8	1,6	2,9	1,3	1,5	0,7	1,4	2,9	2,7	2,9	3,4	2,5	
Procura Externa Líquida	-1,1	0,0	-0,2	0,2	-0,5	0,2	0,7	-0,4	0,2	0,2	-1,1	-0,1	

Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais

Taxas de variação

PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

	Valores Trimestrais								Unid:(%)
	4ºTrím. 17	3ºTrím. 17	2ºTrím. 17	1ºTrím. 17	4ºTrím. 16	3ºTrím. 16	2ºTrím. 16	1ºTrím. 16	
Despesas de consumo final das famílias residentes	2,0	2,6	2,0	2,4	3,0	2,0	1,1	2,2	
Despesas de consumo final das ISFLSF	2,8	2,5	1,6	1,0	0,7	1,1	2,4	4,5	
Despesas de consumo final das administrações pública	0,0	0,2	-0,6	-0,3	0,0	0,2	0,7	1,6	
Formação bruta de capital	6,2	10,4	10,1	7,4	5,8	0,2	-1,1	-1,7	
Exportações de bens (FOB) e serviços	7,1	6,2	8,1	10,1	6,8	5,5	1,8	3,5	
Importações de bens (FOB) e serviços	6,9	8,4	7,3	9,0	7,5	3,7	1,3	4,4	
PIB a preços de mercado (1)	2,4	2,4	3,0	2,9	2,4	2,0	0,9	1,1	

Fonte: INE, Contas Trimestrais

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

O investimento (FBCF) foi a componente mais dinâmica da procura interna, ao registar um crescimento de 9,2% em 2017, mais 7,7 p.p. do que em 2016, e com todas as componentes a contribuírem positivamente para esta evolução. O investimento em construção, que representa aproximadamente 50% do total do investimento, aumentou também 9,2% em 2017, registando uma aceleração expressiva face a 2016. Ainda assim, as componentes do investimento mais dinâmicas foram o investimento em equipamento de transporte (14,1%) e investimento em outras máquinas e equipamento (13,5%).

Já o consumo final das famílias registou um incremento de 2,3%, mais 0,2 p.p. do que em 2016.

Tanto a componente alimentar como o consumo de bens duradouros cresceram menos intensamente em 2017, enquanto o consumo de bens correntes não alimentares e serviços acelerou 1,1 p.p., crescendo 2,1%. Esta dinâmica do consumo privado, associado às melhorias substanciais do mercado de trabalho e, conseqüentemente, dos rendimentos, permitiu a manutenção do processo de desalavancagem (?) das famílias, cujo endividamento se situa agora nos 69,4% do PIB, menos 3,1 p.p. do que um ano antes.

No mesmo período, as exportações cresceram 7,9%, bem acima dos 4,4% de 2016. Esta aceleração deveu-se, em grande medida, à forte dinâmica das exportações de serviços (10,9%), com destaque para o setor do turismo, não obstante uma aceleração também ao nível das exportações de bens (ainda que de forma menos representativa), refletindo, em parte, o impacto das exportações da Autoeuropa na segunda metade do ano e um aumento das exportações de bens energéticos por parte da Galp.

Por seu turno, as importações cresceram 7,9%, 3,7 p.p. acima do ano precedente. Esta aceleração foi sentida tanto ao nível da componente de bens (+3,5 p.p.), como dos serviços (+5,2 p.p.). O desempenho da importação de bens tem associado um aumento da importação de bens energéticos, mas também de veículos e outro material de transporte, de forma a responder as necessidades de investimento das empresas e consumo das famílias. Já a importação de serviços reflete um aumento da importação de serviços relacionados com o turismo, mas também serviços de transporte.

Ao longo do ano de 2017, em termos de evolução trimestral, confirmou-se que o consumo privado e a formação bruta de capital fixo foram as duas componentes que puxaram pelo crescimento do PIB

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

e, em sentido contrário, a evolução negativa do saldo global da procura externa, juntamente com um crescimento ligeiramente negativo da despesa pública, explica o facto do crescimento não ter atingido o patamar anual dos 3% (que chegou a registar-se no 2º Trimestre do ano).

### Mercado de Trabalho

Em termos de mercado de trabalho, a taxa de desemprego em 2017 fixou-se, segundo contas do INE, em 8,1% (10,5% em 2016). Esta diminuição da taxa de desemprego foi especialmente relevante num contexto de aumento da População Ativa (+0,5%). De referir, também, o crescimento de +161.000 empregos, equivalendo a +0,4% do emprego total.

Quadro 2 – População ativa, emprego e desemprego

Portugal	3.4 - População total, ativa, empregada e desempregada							Variação Homóloga (%)
	Valor Trimestral (10 <sup>3</sup> )							
	4.º Trim. 17	3.º Trim. 17	2.º Trim. 17	1.º Trim. 17	4.º Trim. 16	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	
<b>População Total</b>								
Total (HM)	10 278,1	10 281,6	10 286,4	10 294,1	10 294,2	10 302,2	10 310,4	0,2
Homens	4 859,5	4 862,2	4 865,5	4 870,5	4 870,4	4 876,4	4 882,1	-0,2
<b>População Ativa</b>								
Total (HM)	5 226,9	5 247,0	5 221,8	5 182,0	5 186,8	5 211,0	5 161,9	0,8
Homens	2 671,3	2 678,9	2 668,1	2 647,7	2 652,7	2 677,7	2 649,3	0,7
<b>População Empregada</b>								
Total (HM)	4 804,9	4 803,0	4 760,4	4 658,1	4 643,6	4 661,5	4 602,5	3,5
Homens	2 464,8	2 471,7	2 443,8	2 389,1	2 377,0	2 400,6	2 364,3	3,7
<b>População Desempregada</b>								
Total (HM)	422,0	444,0	461,4	523,9	543,2	549,5	559,3	-22,3
Homens	206,5	207,2	224,2	258,6	275,7	277,1	285,0	-25,1
<b>Taxa de Atividade (%)</b>								
Total (HM)	50,9	51,0	50,8	50,3	50,4	50,6	50,1	x
Homens	55,0	55,1	54,8	54,4	54,5	54,9	54,3	x
<b>Taxa de Atividade (15 e mais anos) (%)</b>								
Total (HM)	59,0	59,3	59,0	58,5	58,6	58,8	58,3	x
Homens	64,7	64,9	64,6	64,0	64,2	64,7	64,0	x
<b>Taxa de Desemprego (%)</b>								
Total (HM)	8,1	8,5	8,8	10,1	10,5	10,5	10,8	x
Homens	7,7	7,7	8,4	9,8	10,4	10,3	10,8	x

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em termos de evolução do 1º emprego e da duração do tempo para procurar de emprego, o INE também publica uma estatística onde mostra a sua evolução trimestral, conforme quadro seguinte:

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Quadro 3 – População desempregada e à procura de novo emprego

Portugal	3.6 - População desempregada por procura de 1º e novo emprego							Variação Homóloga (%)
	Valor Trimestral (10 <sup>3</sup> )							
	4.º Trim. 17	3.º Trim. 17	2.º Trim. 17	1.º Trim. 17	4.º Trim. 16	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	
<b>PROCURA DE 1º E NOVO EMPREGO</b>								
1º emprego								
Total (HM)	54,6	58,6	54,3	54,6	62,9	61,6	65,0	-13,3
Novo emprego								
Total (HM)	367,4	385,4	407,0	469,3	480,2	488,0	494,4	-23,5

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Os dados confirmam uma melhoria no número de pessoas à procura do 1º emprego (-13,2%/4º T.) e, igualmente, no total de pessoas à procura de novo emprego (-23,5%/4º T.).

Preços

O índice de preços no consumidor registou, em 2017, um crescimento de 1,4%, acelerando 0,8 p.p. face a 2016. Cerca de metade desta aceleração resultou dos desenvolvimentos da componente energética e, em menor escala, dos bens alimentares não processados. Com efeito, se for excluído o impacto destas duas componentes, o crescimento do IPC ter-se-ia cifrado nos 1,1%, mais 0,4 p.p. do que no ano precedente.

QUADRO 4 – IPC e IHPC

	(taxas de variação homóloga, em %)										
	2015	2016	2017	2016				2017			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
IPC Total	0,5	0,6	1,4	0,5	0,5	0,7	0,8	1,4	1,4	1,1	1,5
Bens	-0,1	0	0,9	-0,2	-0,3	0,2	0,3	1,5	0,7	0,3	1
Alimentares não transformados	1,9	1,6	1,8	0,2	1,4	3,3	1,5	3,6	2	-0,2	1,8
Energéticos	-3,6	-1,8	3,5	-2,9	-3,5	-2,6	1,8	6,6	1,7	2,4	3,5
Serviços	1,3	1,5	2,1	1,6	1,6	1,3	1,5	1,3	2,6	2,4	2,2
IPC Subjacente	0,7	0,7	1,1	1,0	0,8	0,7	0,6	0,6	1,3	1,2	1,2
IHPC Portugal	0,5	0,6	1,6	0,4	0,5	0,7	0,8	1,4	1,7	1,3	1,8
IHPC Área do Euro	0,0	0,2	1,5	0,0	-0,1	0,3	0,7	1,8	1,5	1,4	1,4
Diferencial (p.p.)	0,5	0,4	0	0,4	0,6	0,5	0,1	-0,3	0,2	-0,1	0,4
Deflador do PIB	2,0	1,5	1,4	2,0	1,7	1,1	1,3	0,7	1,5	1,6	1,7

Fonte: INE, Eurostat

O diferencial do crescimento dos preços dos bens e dos serviços foi menos expressivo em 2017 do que em 2016, resultado de uma aceleração do IPC dos bens mais intensa do que nos serviços (0,9 e 0,6 p.p., respetivamente). No caso dos bens, a forte aceleração resultou, quer da componente

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

energética (que acelerou 5,4 p.p., crescendo 3,5%), quer dos bens não energéticos. Já no caso dos serviços, as dinâmicas das categorias dos serviços de transporte (aceleração de 3,6 p.p.) e, em menor escala, da restauração e hotelaria, impulsionaram o crescimento dos preços desta rubrica.

O índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) cresceu 1,6%, 0,2 p.p. a mais do que o IPC, reduzindo o diferencial face ao IHPC da área do euro. De salientar ainda o crescimento de 1,4% no deflator do PIB, o qual compara com um crescimento de 1,5% um ano antes. A deterioração dos termos de troca que ocorreu em 2017 foi o principal responsável por esta dinâmica, já que o deflator da procura interna acelerou 0,3 p.p. em igual período.

### Produtividade e Competitividade

A produtividade aparente do fator trabalho registou uma quebra de 0,6% em 2017, fruto do forte aumento do emprego acima do crescimento do PIB.

QUADRO 5 – Produtividade, salários e custos do trabalho

	(taxas de variação homóloga, em %)										
	2015	2016	2017	2016				2017			
				I	II	III	IV	I	II	III	IV
Custos de Trab. Unidade Produzida <sup>(1)</sup> (VH, %)	0,0	2,1	1,7	0,1	0,4	1,7	2,1	2,0	2,0	1,4	1,7
Produtividade <sup>(1)</sup>	0,4	0,0	-0,6	0,4	0,6	0,0	0,0	-0,1	-0,4	-0,4	-0,6
Remunerações p/ Trabalhador <sup>(1)</sup>	0,4	2,1	1,1	0,6	1,0	1,7	2,1	1,9	1,5	1,0	1,1
Termos de Troca - Bens e Serviços (VH %)	2,4	2,1	-0,6	3,8	2,3	2,3	0,2	0,0	-2,5	-0,2	0,4
Bens	1,9	1,3	-0,8	3,3	1,6	1,1	-0,7	-0,6	-2,5	-0,7	0,6
Serviços	1,4	1,3	0,1	1,7	0,9	2,1	0,5	0,5	-0,9	0,9	0,0
Taxa de Câmbio Real Efetiva <sup>(1)</sup>	-2,7	1,6	0,5	1,5	2,7	1,4	0,7	-1,1	0,0	1,2	2,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Bruegel.  
 Nota: <sup>1</sup> Valores trimestrais referem-se ao ano terminado;  
<sup>1</sup> Deflacionada pelo IHPC, 138 Parceiros Comerciais.

Os custos de trabalhado por unidade produzida e as remunerações por trabalhador cresceram a uma taxa inferior à registada em 2016. No caso das remunerações, o seu crescimento foi maior no sector privado (1,5%) do que no sector público (0,9%). A taxa de câmbio real efetiva apreciou 0,5% em 2017 (1,6% em 2016), o que compara com um crescimento de 1,3% na área do euro.

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

Os termos de troca registaram uma ligeira deterioração de -0,6% em 2017, ao contrário do que tinha sido registado em 2015 e 2016. Este resultado é justificado pela evolução do preço dos bens energéticos, particularmente do preço do petróleo nos mercados internacionais, que aumentou de forma substancial em 2017.

### 4 – Análise Sectorial

#### 4.1 – Planeamento e Infraestruturas (PO14)

Segundo relata a DGO, em 2017, o âmbito de intervenção deste PO traduziu-se na continuação da implementação das políticas para a promoção do desenvolvimento económico, social e sustentabilidade ambiental e simultaneamente na promoção do investimento territorial, consolidando assim as opções políticas assumidas no decurso de 2016.

Para além do enfoque no desbloqueamento dos constrangimentos do Portugal 2020 e na aceleração da execução dos fundos comunitários do atual período de programação, manteve-se o esforço de consolidação no eixo das infraestruturas, em particular no que ao Plano “Ferrovia 2020” diz respeito. No domínio do Desenvolvimento e Coesão, o foco da política esteve essencialmente centrado no aumento da eficácia do Portugal 2020, colocando em velocidade cruzeiro a sua implementação, e assim, maximizando o importante contributo dos Fundos europeus para o desenvolvimento económico e social de Portugal e dos seus territórios.

Importa ainda relevar que em simultâneo ao esforço na execução dos fundos estruturais e de investimento ao abrigo do “Portugal 2020”, procurou-se garantir o alinhamento dos mesmos com o Programa Nacional de Reformas (PNR), nomeadamente em sede de preparação de reprogramação do Portugal 2020. Neste âmbito, pretende-se que o “Portugal 2020” contribua de forma mais inteligente para a implementação dos desafios estruturais e dessa forma responda às novas dinâmicas da economia portuguesa, uma vez que a utilização dos mesmos é decisiva para a implementação do PNR.

Com um orçamento corrigido (excluindo ativos e passivos financeiros) de 3148,7 milhões de euros, a taxa de execução orçamental foi de 86,4%, a que correspondem 2719 milhões de euros, sendo 67,2%

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

das despesas do Programa referentes a despesas de capital, ao passo que a aquisição de bens e serviços correntes corresponde a 17,5%.

De acordo com os dados DGAEP/DEEP – SIEP130, relativos ao 4º trimestre de 2017, o Programa, em 31 de dezembro, contava com 2558 postos de trabalho, registando um aumento de 30 postos de trabalho face ao período homólogo.

Em termos globais, o programa registou uma média de execução de 94% (soma da taxa de execução de todos os indicadores face ao número dos mesmos), o que sugere um nível de desempenho em linha com o planeado.

### **Análise das Despesas por Classificação Económica**

A despesa por classificação económica evidencia uma composição de 39% de despesas correntes e 61% de despesas de capital. O peso das despesas com investimento representa 51,7% do total da despesa, ao passo que a aquisição de bens e serviços correntes corresponde a 15,8% e as despesas com o pessoal a 11,5%.

No que concerne à despesa efetiva consolidada, a taxa de execução orçamental face ao orçamento corrigido foi de 86,4%, a que correspondem 2719 milhões de euros, valor que ascende a 2995 milhões de euros caso se considere a despesa total consolidada (130,1 milhões de euros referentes a ativos financeiros e 146 milhões de euros referentes a passivos financeiros), conforme quadro seguinte:

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

**QUADRO 161 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Despesa por Classificação Económica**

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento corrigido de 2017			Orçamento corrigido de 2017		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
<b>Despesa Corrente</b>	<b>291,0</b>	<b>1 591,9</b>	<b>1 489,9</b>	<b>286,9</b>	<b>1 267,7</b>	<b>1 167,2</b>
Despesas com Pessoal	2,7	521,5	524,2	2,7	342,7	345,4
Aquisição de bens e serviços	0,6	570,4	571,0	0,4	474,2	474,6
Juros e Outros Encargos	0,0	186,5	186,5	0,0	177,2	177,2
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Transferências Correntes	287,7	195,3	90,0	283,8	175,9	72,3
das quais: intra-instituições do PO	287,7	105,3		283,8	103,6	
Subsídios	0,0	2,5	2,5	0,0	2,5	2,5
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas Correntes	0,0	115,7	115,7	0,0	95,2	95,2
<b>Despesas de Capital</b>	<b>522,0</b>	<b>1 987,2</b>	<b>1 975,2</b>	<b>519,6</b>	<b>1 839,7</b>	<b>1 827,8</b>
Investimento	0,1	1 655,1	1 655,2	0,0	1 549,7	1 549,7
Transferência de Capital	521,9	7,3	3,6	519,6	5,5	2,0
das quais: intra-instituições do PO	521,9	3,7		519,6	3,5	
Ativos Financeiros	0,0	178,8	170,4	0,0	138,5	130,1
das quais: intra-instituições do PO	0,0	8,4		0,0	8,4	
Passivos Financeiros	0,0	146,0	146,0	0,0	146,0	146,0
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>813,0</b>	<b>3 579,1</b>	<b>3 465,1</b>	<b>806,5</b>	<b>3 107,4</b>	<b>2 995,0</b>
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>813,0</b>	<b>3 254,3</b>	<b>3 148,7</b>	<b>806,5</b>	<b>2 822,9</b>	<b>2 718,9</b>
Transferências intra-instituições do PO			927,0			918,9

Fonte: DGO

Por sua vez, a *Despesa por Medida do Programa*, é, sobretudo, direcionada para Transportes e Comunicações – Parcerias Público Privadas (50,5%), onde se inserem as Infraestruturas de Portugal, S.A, bem como a despesa relativa a Transportes Ferroviários (30,7%), repartidos pela CP – Comboios de Portugal, Infraestruturas de Portugal SA, Instituto de Mobilidade e dos Transportes e Metro-Mondego SA, conforme quadro seguinte:

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO 162 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Despesa por medidas do Programa

Estado, SFA e EPR	(Milhões de euros)		
	Orçamento corrigido de 2017	Execução de 2017	Estrutura de 2017 face à execução (%)
001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	56,0	43,1	1,1
003 - SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA	0,2	0,1	0,0
004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	3,0	3,0	0,1
028 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	38,1	32,0	0,8
031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	0,1	0,1	0,0
033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	0,7	0,3	0,0
036 - SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA	2,8	0,7	0,0
052 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	77,3	62,0	1,6
053 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - INVESTIGAÇÃO	36,8	31,5	0,8
054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	399,8	286,6	7,3
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1 455,9	1 205,5	30,8
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	1,7	1,6	0,0
058 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES	76,2	69,2	1,8
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	233,2	179,0	4,6
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	25,2	21,9	0,6
079 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	1 981,7	1 975,1	50,5
084 - SIMPLEX +	3,7	2,3	0,1
<b>DESPEZA TOTAL NÃO CONSOLIDADA</b>	<b>4 392,4</b>	<b>3 914,0</b>	<b>100,0</b>
<b>DESPEZA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>3 465,4</b>	<b>2 995,1</b>	
<b>DESPEZA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>3 149,0</b>	<b>2 719,0</b>	
Por Memória			
Ativos Financeiros	170,4	130,1	3,3
Ativos Financeiros	146,0	146,0	3,7

Fonte: DGO

### Resultados obtidos

O programa orçamental relativo ao planeamento e infraestruturas abrange duas áreas:

- (i) desenvolvimento e coesão – com um objetivo de política e dois indicadores para a respetiva medição e
- (ii) Infraestruturas – com dois objetivos e dois indicadores.

Quanto ao Desenvolvimento e Coesão, o foco da política reside na eficácia da implementação do Portugal 2020, eliminando constrangimentos e maximizando os resultados da sua implementação no desenvolvimento económico, social e ambientalmente sustentável de Portugal e dos seus territórios. Procurou-se dinamizar a economia Portuguesa, alocando de forma eficaz, eficiente e logo inteligente, o financiamento europeu, para que os seus efeitos sejam duradouros e tenham impacto na resolução dos principais desafios estruturais de Portugal.

O Portugal 2020 encontra-se alinhado com as orientações estratégicas comunitárias para 2014-2020 vertidas no Plano Nacional de Reformas e contribui para o cumprimento das metas assumidas na

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

EE2020, pretendendo-se responder aos desafios estruturais e impulsionar novas dinâmicas na economia portuguesa que contribuam para o desenvolvimento económico e social de Portugal e das suas regiões. Com efeito, foram identificados quatro principais objetivos:

- Promoção da competitividade e inovação, através do incentivo ao projeto empresarial consolidando as dinâmicas criadas em 2016 no Portugal 2020;
- Incentivo à coesão territorial, continuando a promover o projeto autárquico e as infraestruturas públicas, e a dinamização socioeconómica dos territórios de baixa densidade;
- Apoio à qualificação dos portugueses, integrando o reforço de novas prioridades com o programa QUALIFICA, em linha com o Programa Nacional de Reformas;
- Intensificação da concretização de projetos de investigação e inovação, promovendo a valorização e internacionalização do conhecimento, e a cooperação entre as entidades do sistema científico e tecnológico nacional e o tecido empresarial.

Quanto às Infraestruturas, foram priorizados os investimentos ao abrigo do Plano “Ferrovia 2020”, no sentido de alavancar o desenvolvimento e competitividade de forma generalizada usufruindo a longo prazo todas as vantagens associadas ao Plano em apreço.

Por fim, no que à Rodovia diz respeito, foi dada continuidade à prossecução do plano de requalificação da rede rodoviária de proximidade que desde 2016 tem vindo a ser desenvolvido no sentido de reforçar quer a fluidez quer a segurança na circulação de veículos e peões.

Em termos globais, o programa registou uma média de execução de 94% (soma da taxa de execução de todos os indicadores face ao número dos mesmos), o que sugere um nível de desempenho em linha com o planeado.

**Desenvolvimento e coesão**

QUADRO 163 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Desenvolvimento e coesão – objetivos de políticas				
Objetivo de Política	Indicador	Meta	Resultado	Taxa de Execução (%)
Dinamizar o Investimento na economia através de uma utilização eficaz de recursos financeiros dos fundos estruturais europeus	Rácio pagamento programado do Portugal	25%	24%	97%
	Valor reembolsado pela CE	1 550	1 710,8	110%

Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

O indicador relativo ao Rácio de pagamento programado do “Portugal 2020” foi atingido, apresentando uma taxa de realização de 97%.

O indicador relativo ao Valor reembolsado pela Comissão Europeia superou em 10% a meta inicialmente estabelecida (110%), decorrente da forte aceleração verificada em 2017 na execução do Portugal 2020, tendo permitido Portugal cumprir a exigente meta N+3 e não ter devolvido fundos a Bruxelas.

### Infraestruturas

QUADRO 164 – PO14 – Planeamento e Infraestruturas: Infraestruturais – objetivos de políticas

Objetivo de Política	Indicador	Meta	Resultado	Taxa de Execução (%)
O1 - Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de transportes no crescimento económico através do PETI3+	Taxa de execução financeira do investimento previsto no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) - 2014-2020 (%)	9%	8,1%	90%
O2 - Otimizar o recurso a financiamento comunitário para satisfação do desenvolvimento das infraestruturas e serviços de transportes	Taxa de cobertura das necessidades de investimento PETI 3+ por financiamento comunitário (%)	8,1%	6,4%	79%

Fonte: Infraestruturas de Portugal, SA  
Nota: valores da Meta e resultado = valor acumulado.

O indicador relativo à taxa de execução financeira do investimento previsto no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) – 2014-2020, encontra-se em linha com o esperado (8,1% vs 9%).

O indicador relativo à taxa de cobertura das necessidades de investimento PETI 3+ por financiamento comunitário apresenta um resultado a 31 de dezembro de 2017 de 6,4%, o que representa uma taxa de execução de 79%.

Acresce referir que o desvio deste indicador resulta da revisão em baixa da percentagem de adiantamento de fundos comunitários sobre o investimento previsto efetuar, que passou dos 40% previstos no orçamento aprovado, para 15%.

#### 4.2. Economia (PO15)

O Programa do XXI Governo Constitucional consagrou, num dos quatro objetivos fundamentais, estabelecer um novo modelo de desenvolvimento e uma nova estratégia de consolidação das contas públicas.

Para a área de atuação do Ministério da Economia, salientam-se os seguintes objetivos:

- Promoção da Inovação na Economia Portuguesa,
- Modernização do Estado (*Simplex*),
- Capitalização das empresas

As áreas de atuação e as medidas do Programa tiveram em consideração as linhas de orientação setorial e prioridades definidas, pelo que foram implementadas políticas dirigidas às atividades económicas relacionadas com a capitalização e financiamento das empresas, com a produção de bens e serviços, com a energia, bem como com o comércio e turismo.

Nesse propósito, durante o ano de 2017, o Programa pautou-se pela concretização dos seguintes objetivos genéricos:

- (i) Aumentar a criação de valor e a competitividade da Economia Portuguesa com uma Balança Externa Positiva;
- (ii) Promover o Turismo potenciando o aumento da receita do setor.

As principais atividades e projetos desenvolvidos foram respeitantes ao Programa Capitalizar:

- reforço do investimento público e privado em I&D e Inovação;
- revitalização do comércio local de proximidade e lançada a Fase II do Programa “Portugal Sou Eu”, visando a dinamização da oferta nacional com elevada incorporação de valor e promoção do consumo;
- lançamento da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo – STARTUP PORTUGAL - para a criação de mais e melhor emprego e aumento da competitividade, entre eles a realização do *Web Summit* - o maior evento de empreendedorismo tecnológico do mundo;
- criação de uma Rede Nacional de Incubadoras, de *FabLabs* (prototipagem) e *makers*;
- criação de Zonas Livres Tecnológicas.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

As verbas inscritas no orçamento foram assim direcionadas para medidas de incentivo à capitalização das empresas e reforço do investimento através de um aumento dos Ativos Financeiros, com uma execução de 664,3 milhões de euros. Seguiram-se as verbas com Transferências de Bens de Capital, as Despesas com Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços.

Recursos utilizados

QUADRO 165 – PO15 – Economia: Despesas por Classificação Económica

Designação	(Milhões de euros)					
	Orçamento corrigido de 2017			Orçamento corrigido de 2017		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
<b>Despesa Corrente</b>	<b>223,7</b>	<b>419,2</b>	<b>459,7</b>	<b>92,7</b>	<b>298,4</b>	<b>329,4</b>
Despesas com Pessoal	42,2	81,7	123,9	40,5	75,9	116,4
Aquisição de bens e serviços	17,5	112,8	130,3	13,3	91,0	104,3
Juros e Outros Encargos	0,0	0,9	0,9	0,0	0,4	0,4
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Transferências Correntes	162,8	121,9	101,5	38,7	112,3	89,3
das quais: intra-instituições do PO	154,9	28,3		34,9	26,8	
Subsídios	0,0	0,5	0,5	0,0	0,3	0,3
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas Correntes	1,2	101,4	102,6	0,2	18,5	18,7
<b>Despesas de Capital</b>	<b>169,8</b>	<b>1 160,4</b>	<b>1 069,8</b>	<b>53,8</b>	<b>796,2</b>	<b>744,6</b>
Investimento	3,4	15,2	18,6	1,7	8,6	10,3
Transferência de Capital	166,4	123,3	119,8	52,1	111,2	107,7
das quais: intra-instituições do PO	166,3	3,6		52,0	3,6	
Ativos Financeiros	0,0	1 007,9	917,7	0,0	664,3	614,7
das quais: intra-instituições do PO	0,0	90,2		0,0	49,6	
Passivos Financeiros	0,0	14,0	13,7	0,0	12,1	11,9
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,3		0,0	0,2	
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>393,5</b>	<b>1 579,6</b>	<b>1 529,5</b>	<b>146,5</b>	<b>1 094,6</b>	<b>1 074,0</b>
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>393,5</b>	<b>557,7</b>	<b>598,1</b>	<b>146,5</b>	<b>418,2</b>	<b>447,4</b>
Transferências intra-instituições do PO			443,6			167,1

Fonte: DGO

QUADRO 166 – PO15 – Economia: Despesa por medida do Programa

Estado, SFA e EPR	(Milhões de euros)		
	Orçamento corrigido de 2017	Execução de 2017	Estrutura de 2017 face à execução
046 - INDUSTRIA E ENERGIA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	313,6	67,7	5,5
051 - INDUSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA	18,0	22,5	1,8
062 - COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO	322,7	289,8	23,3
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	69,4	61,6	5,0
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	1 230,9	783,4	63,1
068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	16,9	16,2	1,3
084 - SIMPLEX +	1,7	0,1	0,0
<b>DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA</b>	<b>1 973,2</b>	<b>1 241,3</b>	<b>100,0</b>
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>1 529,6</b>	<b>1 074,2</b>	
<b>DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>597,8</b>	<b>447,7</b>	
Por Memória			
Ativos Financeiros	917,9	614,7	49,5
Passivos Financeiros	13,9	11,8	1,0

Fonte: DGO

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

Abordagem aos quadros inseridos no ponto anterior:

- Em 2017, o total da despesa consolidada do Programa ascendeu a 1 074,2 milhões de euros.
- A despesa consolidada total decompôs-se em 329,5 milhões de euros (30,7%) em Despesa Corrente e 744,7 milhões de euros (69,3%) em Despesa de Capital.

Analisando a despesa efetiva consolidada, verifica-se que a mesma ascendeu a 447,6 milhões de euros a que corresponde uma taxa de execução de 74,9% face ao orçamento corrigido.

- No caso da Despesa Corrente, o agrupamento das Despesas com Pessoal é o mais significativo com 35,3% do total da despesa consolidada do P015, seguindo-se o agrupamento de Aquisição de Bens e Serviços com 31,7%, e o agrupamento de Transferências Correntes com 27,1%.
- No âmbito da Despesa de Capital destacam-se os Ativos Financeiros com um peso considerável, 82,5%, para o total da execução da despesa consolidada, sendo o IAPMEI a entidade que mais contribui para esta situação, através do pagamento de incentivos reembolsáveis no âmbito do PT2020.
- O orçamento da despesa do Programa encontra-se desagregado por sete medidas, destacando-se a medida dos “065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS” que atingiu os 783,4 milhões de euros, ou seja, 63,1% do total executado. Nesta Medida destacam-se o IAPMEI e o TP - Turismo de Portugal, como sendo as entidades mais relevantes. Destaca-se ainda a medida denominada de “Simplex +”, por parte do TP, do IAPMEI, da DGC e do IPAC.
- Outra medida com um peso orçamental relevante é a designada por “Turismo”, responsabilidade do Turismo de Portugal, da ENATUR e das cinco Entidades Regionais de Turismo, com uma execução de 289,8 milhões de euros representando 23,3% do total das medidas do Programa.

### Análise global da Receita e da sua estrutura

A receita cobrada líquida do Programa situou-se em 2 236,1 milhões de euros (valores sem os SFA nos SI), que representa +168,4% face ao inicial e +87,1% face à previsão corrigida.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Do total da receita cobrada efetiva, ou seja, 972,8 milhões de euros, 382,0 milhões de euros (39,3%) correspondem a receita corrente e 590,8 milhões de euros (60,7%) a receita de capital.

Do total da receita cobrada no Programa Economia, salientam-se as receitas próprias com uma execução de 1 501,64 milhões de euros, correspondendo a 290,4% da previsão inicial. Tal deveu-se, essencialmente, à aplicação de Saldos de Gerência no montante de 969,4 milhões de euros, seguindo-se os Ativos Financeiros no montante de 200,3 milhões de euros, pertencendo a maior incidência aos SFA em ambas as situações.

Relativamente às outras fontes de financiamento do Programa Economia, destacam-se ainda os Fundos Europeus com um montante total de 573,4 milhões de euros, em que o agrupamento dos SFA assume maior preponderância, com uma execução de 565,1 milhões de euros, o equivalente a 98,5% da receita total cobrada.

QUADRO 167 – PO15 – Economia: Tipo de Receita

Tipo de Receita	Orçamento inicial	Receita cobrada Líquida	(Milhões de euros)
			Execução face ao orçamento inicial (%)
Receitas Gerais	322,2	86,5	26,8%
Receitas Próprias	517,0	1 501,6	290,4%
Fundos Europeus	365,5	573,4	156,9%
Transf. no âmbito das AP	123,0	74,6	60,6%
<b>Totais</b>	<b>1 327,8</b>	<b>2 236,1</b>	<b>168,4%</b>

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

### Análise global da Despesa

- O Programa registou uma execução efetiva consolidada no montante de 447,6 milhões de euros a que corresponde uma taxa de execução de 74,9% face ao orçamento corrigido. Tal deveu-se, essencialmente, ao pagamento de incentivos no âmbito do Comércio Investe, por parte do IAPMEI, transferências para as Entidades Regionais de Turismo, por aplicação do saldo de gerência do TP no âmbito de um projeto que visa o desenvolvimento turístico regional em articulação com a estratégia nacional da política de turismo e de promoção do destino. Destaque ainda para a transferência para a REN, efetuada pelo FSSSE, dos montantes afetos à CESE (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético).

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

---

- Em termos de análise de estrutura verifica-se que as Despesas Correntes representam 30,7% do total da despesa executada, destacando-se as Despesas com Pessoal com 116,4 milhões de euros e que representam 10,8% da despesa total, e a Aquisição de Bens e Serviços com 104,4 milhões de euros representando 9,7%.
- A Despesa de Capital atingiu os 744,7 milhões de euros, com 69,3% do total executado, os quais correspondem fundamentalmente a Ativos Financeiros em 57,2%, e a Transferências de Capital em 10,0%.
- As despesas em Ativos Financeiros atingiram 614,7 milhões de euros e os passivos financeiros atingiram 11,8 milhões de euros. No entanto, salienta-se um decréscimo face ao Orçamento Corrigido, o qual se deve sobretudo ao Fundo Contragarantia Mútuo e ao IAPMEI com apenas 10,8% e 73,4%, respetivamente, do total disponível.
- Destacou-se a execução dos Fundos Europeus, com 551,8 milhões de euros representando 47,8% do total da despesa, justificada principalmente por um aumento na concessão de incentivos e apoios reembolsáveis a empresas no âmbito do FEDER. Verifica-se igualmente que a despesa financiada por Receitas Próprias teve uma execução considerável, totalizando 435,5 milhões de euros, representando 37,7%. Em ambos os casos o peso maior pertence aos SFA.
- No decurso do ano de 2017 foram efetuadas algumas alterações orçamentais que incrementaram a despesa, as quais atingiram 336,7 milhões de euros.

### Resultados obtidos

De acordo com as políticas implementadas, merecem destaque os seguintes resultados:

- O Ministério da Economia lançou em 2017 a Linha de Crédito Capitalizar, destinada a micro e pequenas empresas, no montante de 1600 milhões de euros. Esta linha de crédito, integrada no Programa Capitalizar, visa apoiar investimentos de longo prazo, criar condições mais vantajosas de financiamento para micro e pequenas empresas, alavancar a oferta de soluções de financiamento para investimentos em projetos com fundos comunitários, ampliar a oferta de operações de Fundo de Maneio, e alargar o acesso a plafonds de crédito a todas as

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

empresas. As linhas de crédito do Programa Capitalizar tiveram mais de 80% das suas verbas atribuídas em 2017;

- No que respeita à promoção das oportunidades de investimento, o sucesso da *Web Summit*, reforçou a dinamização da articulação entre empresas nacionais e investidores. Na edição de 2017, o aumento do número de empresas apoiadas pelo Estado permitiu uma maior representação portuguesa de *startups* na *Web Summit*;
- O Turismo teve um pico de crescimento em 2017 que se consubstancia tanto no aumento de receitas do setor, como no crescimento da oferta de qualidade, que mereceram ao país o reconhecimento internacional. O Governo lançou instrumentos de financiamento para dinamizar a oferta turística ao longo de todo o ano e por todo o território;
- Nos últimos anos, a evolução tecnológica na área da Energia combinada com o forte potencial solar nacional impôs uma mudança de paradigma, reforçada pela necessidade de redução do défice tarifário e dos preços da eletricidade, para o aumento da competitividade da economia. É neste contexto que assenta a aposta do Governo na promoção das renováveis, sem tarifa *feed-in* (subsídios pagos pelos consumidores) que penalizem a fatura de energia, em especial das famílias;
- Verificou-se uma dinamização do aproveitamento dos recursos geológicos de Portugal com o crescimento do setor e que se prende diretamente com a atribuição de várias concessões mineiras.

#### **4.3. Ambiente (PO16)**

Através do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, foi criado o Ministério do Ambiente cuja missão consiste em “formular, conduzir, executar e avaliar as políticas do ambiente, ordenamento do território, cidades, habitação, transportes urbanos, suburbanos e rodoviários de passageiros, clima, conservação da natureza, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial”. Este novo Ministério deixou assim de integrar a área da energia e passou a integrar a área dos transportes urbanos e suburbanos e rodoviários de passageiros.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

No âmbito dos transportes urbanos e suburbanos a titularidade da totalidade do capital social da Carris foi transferida do Estado para o Município de Lisboa, através do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de dezembro, tendo o mesmo diploma operado a cessão para este da posição contratual antes detida pelo Estado no Contrato de Concessão, nomeadamente a transferência relativa ao capítulo 50 do OE para o financiamento de “reparação e remodelação da frota”, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017. O regime de tais compensações passa a ser fixado no contrato entre o Município de Lisboa e a Carris, considerando a dupla qualidade de autoridade de transportes e concedente que cabe àquele.

Recursos Utilizados

QUADRO 168 – PO16 – Ambiente: Despesas por Classificação Económica						
Designação	(Milhões de euros)					
	Orçamento corrigido de 2017			Orçamento corrigido de 2017		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
<b>Despesa Corrente</b>	<b>72,8</b>	<b>886,8</b>	<b>877,0</b>	<b>59,6</b>	<b>852,1</b>	<b>836,5</b>
Despesas com Pessoal	21,6	142,7	164,3	20,8	127,0	147,8
Aquisição de bens e serviços	7,5	166,8	174,3	3,8	142,1	145,9
Juros e Outros Encargos	0,0	389,2	389,2	0,0	409,5	409,5
das quais: Intra-Instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Transferências Correntes	42,0	165,3	124,7	34,9	153,2	112,9
das quais: Intra-Instituições do PO	40,3	42,3		33,6	41,6	
Subsídios	0,0	4,0	4,0	0,0	2,7	2,7
das quais: Intra-Instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas Correntes	1,7	18,8	20,5	0,1	17,6	17,7
<b>Despesas de Capital</b>	<b>16,0</b>	<b>771,2</b>	<b>747,1</b>	<b>11,9</b>	<b>555,3</b>	<b>551,9</b>
Investimento	1,6	154,3	155,9	0,6	55,7	56,3
Transferência de Capital	14,4	15,0	15,6	11,3	6,6	7,1
das quais: Intra-Instituições do PO	12,3	1,5		10,3	0,5	
Ativos Financeiros	0,0	66,6	40,3	0,0	28,3	23,8
das quais: Intra-Instituições do PO	0,0	26,3		0,0	4,5	
Passivos Financeiros	0,0	535,3	535,3	0,0	464,7	464,7
das quais: Intra-Instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>88,8</b>	<b>1 658,0</b>	<b>1 624,1</b>	<b>71,5</b>	<b>1 407,4</b>	<b>1 388,4</b>
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>88,8</b>	<b>1 056,1</b>	<b>1 048,5</b>	<b>71,5</b>	<b>914,4</b>	<b>899,9</b>
Transferências Intra-instituições do PO			122,7			90,5

Fonte: DGO

QUADRO 169 – PO16 – Ambiente: Receita cobrada por Serviços

Serviços	Receita Cobrada 2017 - MAMB
Serviços Integrados	9,0
SFA'S	607,0
EPR'S	1 195,5
<b>Total Geral</b>	<b>1 811,5</b>

Fonte: DGO

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

No quadro supra de receita cobrada por serviço, é visível o peso das Entidade Públicas Reclassificadas (Metro do Porto, Metropolitano de Lisboa, Transtejo, Soflusa, Marina Parque das Nações, Parque Expo e Sociedades Polis) com 66,0% no total das receitas cobradas do MAMB, e ainda o nível de cobranças dos Serviços e Fundos Autónomos (Fundo Ambiental, Agência Portuguesa do Ambiente, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) que, em conjunto com as EPR's, registaram 99,5% da receita do Programa.

O valor agregado de despesa total dos orçamentos de Funcionamento e Investimento, após expurgados os valores cativos, apresenta uma dotação ajustada consolidada de 1624,1 milhões de euros e uma execução de 1388,3 milhões de euros. A despesa efetiva consolidada apresenta uma taxa de execução face à dotação ajustada de 85,5%.

Em relação aos Serviços Integrados (SI) a dotação ajustada consolidada apresentou o valor de 88,8 milhões de euros, enquanto a sua execução ficou pelos 71,5 milhões de euros.

Nos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) a dotação ajustada consolidada registou um valor de 1 658,1 milhões de euros e a sua execução foi de 1 407,4 milhões de euros.

A consolidação entre subsetores foi 122,8 milhões de euros no que respeita ao orçamento ajustado e de 90,6 milhões de euros no que respeita à execução. No total do orçamento consolidado, as despesas de capital pesam 46,0% e as despesas correntes 54,0%.

Na execução, as despesas de capital têm um peso de 39,7% no global dos gastos, enquanto as despesas correntes representam 60,3% do total da execução.

Relativamente aos ativos e passivos financeiros destacam-se os valores registados pelo Metro do Porto, S.A. (devido ao aumento do financiamento líquido e da resolução do processo com o Banco Santander – Contratos SWAP), pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (inclui as dívidas de processos em contencioso com fornecedores e processo com o Banco Santander, relativo aos contratos SWAP, já há vários anos em processo de contencioso), pela Transtejo (inclui reforço para pagamento obrigacionista) e pelo IHRU, relativos ao pagamento de empréstimos internacionais.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO 170 – PO16 – Ambiente: Despesa por medida do Programa			
Estado, SFA e EPR	Orçamento corrigido de 2017	Execução de 2017	(Milhões de euros)
			Estrutura de 2017 face à execução (%)
001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,5	0,2	0,0
028 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	9,9	9,2	0,6
030 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO	111,6	69,5	4,7
031 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	49,1	14,5	1,0
033 - HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	193,1	105,9	7,2
054 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2,1	0,9	0,1
055 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1 074,2	1 015,7	68,7
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	108,5	93,7	6,3
063 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	191,8	166,9	11,3
065 - OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	0,0	0,0	0,0
068 - OUTRAS FUNÇÕES - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	4,9	2,5	0,2
084 - SIMPLEX +	1,2	0,0	0,0
<b>DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA</b>	<b>1 746,9</b>	<b>1 479,0</b>	<b>100,0</b>
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>1 303,3</b>	<b>1 311,9</b>	
<b>DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>727,7</b>	<b>823,5</b>	
Por Memória			
Ativos Financeiros	40,3	23,7	1,6
Passivos Financeiros	535,3	464,7	31,4

Fonte: DGO

No MAMB e em termos da estrutura face à dotação ajustada, destacam-se as medidas de Protecção do Meio Ambiente e Conservação da natureza (APA, Fundos Ambientais e POLIS) que representam 11,0%, a Habitação (IHRU) com 6,3% e os Transportes Ferroviários (Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto) com 61,5%.

Realça-se o peso dos ativos e passivos financeiros (34,4%) no PO16.

A taxa de execução do PO face à dotação ajustada (valores consolidados) foi de 85,8%. Este valor está influenciado pelas baixas execuções das Sociedades POLIS (27,1%) e da APA (54,4%).

Relativamente aos Programas Polis, a baixa execução é explicada, essencialmente, pela necessidade de re-calendarização de projetos para anos seguintes.

A execução da APA foi influenciada pelo atraso na execução de projetos cofinanciados.

## Resultados Obtidos e Análise de Desvios

### Objetivos de Política

As medidas desenvolvidas pelo Ministério do Ambiente em 2017 continuaram centradas nas três prioridades estratégicas, inscritas nas Grandes Opções do Plano e no Programa Nacional de Reformas:

- descarbonização progressiva da sociedade,
- transitar para uma economia circular e

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

- valorizar o território.

A prossecução destas prioridades assentou em três eixos de atuação – sustentabilidade ambiental, transportes e mobilidade urbana, e reabilitação urbana e habitação.

<b>QUADRO 171 – PO16 – Ambiente: Objetivos do Fundo Ambiental</b>	
<b>Sustentabilidade Ambiental</b>	Fundo Ambiental PNPOT Sustentabilidade setor das águas Descarbonização das cidades Reflorestação em áreas protegidas, com medidas para proteção de incêndios Reforço de meios humanos para uma política de gestão de proximidade e elaboração dos planos de gestão das ZEC
<b>Transportes e Mobilidade Urbana</b>	Transportes públicos Mobilidade elétrica Mobilidade suave
<b>Reabilitação Urbana e Habitação</b>	Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado Casa Eficiente
Fonte: Ministério do Ambiente	

**Sustentabilidade Ambiental**

Com uma dotação de 153,9 milhões de euros (Despacho nº 538-B/2017), dos quais cerca de 1/3 para novos projetos, o Fundo Ambiental reservou cerca de 15 milhões de euros para apresentação de candidaturas. Entre os projetos financiados pelo Fundo Ambiental e lançados ao longo de 2017, sublinha-se, pela importância em termos de planeamento a longo prazo, a elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, que irá determinar as ações prioritárias para concretizar uma sociedade neutra em carbono até 2050; a 1ª fase do programa de apoio à transição para a Economia Circular e, no âmbito da mobilidade sustentável, os apoios e incentivos à aquisição de veículos elétricos, quer no plano das autarquias e entidades gestoras, quer no plano individual.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Transportes e Mobilidade

QUADRO 173 – PO16 – Ambiente: Medidas para os Transportes e para a Mobilidade Elétrica	
	(Milhões de euros)
Medidas Novas	Apoios
Dotação para a criação do Fundo para o Serviço Público de Transportes, que permitirá o funcionamento das autoridades de transporte locais (AML, AMP, CIM'S e Autarquias)	8,0
Permitir acesso universal ao primeiro escalão de desconto sub23@superior.tp	1,6
Incentivo pela introdução no consumo de um veículo de baixas emissões (veículos elétricos)	2,3
Dedução à coleta de IRS, de 50% do IVA de passes de transportes públicos coletivos	0,0
Apoio às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou intermunicipais para a introdução de veículos 100%	0,0
Exceção do limite de 3% do endividamento para as empresas de transporte do setor empresarial do estado	0,0
Transferência do Fundo Ambiental para a Mobi.E, S. A., para efeitos de participação nacional da atualização tecnológica e alargamento da rede Mobi.E	0,7
Transferência do Fundo Ambiental para Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP) para o projeto de desenvolvimento do sistema de bilhética Andante.	0,5
<b>Total Parcial</b>	<b>13,1</b>
<b>Manutenção de medidas essenciais ao funcionamento dos transportes públicos coletivos</b>	
Indemnizações compensatórias pagas pelo MAMB (pela prestação ao Estado de um serviço de interesse público)	6,8
Financiamento do MAMB para infraestruturas de longa duração	4,7
Compensação financeira do MF ao Metro Sul do Tejo (previsão da procura)	8,1
<b>Total Parcial</b>	<b>19,6</b>
<b>Apoios tarifários</b>	
Acordos e Contratos pela prática dos Passes 4_18 e Sub_23 [dados fornecidos pela IMT]	11,7
Passes sociais + [dados fornecidos pela AML]	3,7
Passes sociais + [dados fornecidos pela AMP]	2,6
Alargamento social + [dados fornecidos pela IMT]	6,2
Tarifário Social Andante [dados fornecidos pela TIP]	2,5
Compensações financeiras para os Privados, pela disponibilização do tarifário intermodal	7,0
<b>Total Parcial</b>	<b>33,7</b>
<b>Total</b>	<b>66,4</b>

Desvios nos Resultados

Os resultados do Programa refletem o quadro de contenção orçamental, pelo que os serviços tiveram de adaptar as ações programadas às suas disponibilidades orçamentais. Relativamente às Entidades Polis em particular, dado que gerem projetos plurianuais, uma parte da sua execução foi transferida para 2018.

Na generalidade dos casos em que se verificaram baixas taxas de execução de projetos, deveu-se essencialmente a:

- Tempos necessários aos processos de contratação pública;
- Necessidade de garantir contrapartida pública nacional, no caso de projetos cofinanciados;
- Necessidade de reprogramação de diversos projetos cofinanciados;
- Gestão de tesouraria no âmbito do Programa Ambiente.

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

**4.4. Mar (PO17)**

No âmbito do P017 e tendo como entidade responsável o IFAP, I.P estão inscritos os Programas cofinanciados de apoio ao sector do Mar.

Em 2017, prosseguiu a execução do novo Programa Operacional Mar 2020, destacando-se as ações destinadas a reduzir os encargos administrativos para os beneficiários e o apoio dado ao funcionamento da Rede Nacional de GAL Pesca.

Assumiram, ainda, particular importância as atividades relacionadas com o arranque de uma plataforma de receção de candidaturas eletrónicas, cuja conclusão se prevê venha ocorrer em 2018. Durante o ano 2017 foram aprovadas 1 145 candidaturas envolvendo 160,6 milhões de euros de despesa pública, dispondo o Programa de 508 milhões de euros até 2020. A execução atingiu o valor de 30,4 milhões de euros de despesa pública.

Trata-se de um Programa destinado a apoiar a execução da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI), cofinanciado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), sendo um instrumento fundamental para a concretização do objetivo que visa aumentar o peso do Mar na economia nacional.

O P017 incluiu, ainda, no orçamento de projetos e sob a responsabilidade do GPP, investimentos no âmbito das infraestruturas, equipamentos e acessibilidades portuárias, executados pelas Administrações Portuárias do Porto da Figueira da Foz, S.A. e pela Administração dos Portos de Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

**4.5. Mar (PO18)**

O Programa integra os orçamentos dos organismos tutelados em exclusivo pela Ministra do Mar (MM), no âmbito do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 138/2017, de 10 de novembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional. Também a área governativa do Mar está evidenciada em alguns orçamentos dos organismos que compõem o P017 – Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Mar, cuja tutela está partilhada com o Membro do Governo da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Recursos Utilizados

QUADRO 178 – PO18 – Mar: Despesas por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento corrigido de 2017			Orçamento corrigido de 2017		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
<b>Despesa Corrente</b>	<b>42,6</b>	<b>33,7</b>	<b>61,1</b>	<b>34,8</b>	<b>28,9</b>	<b>48,7</b>
Despesas com Pessoal	13,2	14,2	27,4	12,4	13,9	26,3
Aquisição de bens e serviços	11,7	9,5	21,2	5,3	6,8	12,1
Juros e Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Transferências Correntes	17,6	10,0	12,4	17,0	8,2	10,2
das quais: intra-instituições do PO	15,0	0,2		14,8	0,2	
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas Correntes	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
<b>Despesas de Capital</b>	<b>17,1</b>	<b>22,0</b>	<b>27,9</b>	<b>7,3</b>	<b>7,5</b>	<b>10,3</b>
Investimento	5,3	11,0	16,3	2,1	7,5	9,6
Transferência de Capital	11,8	1,0	1,6	5,2	0,0	0,7
das quais: intra-instituições do PO	11,2	0,0		4,5	0,0	
Ativos Financeiros	0,0	10,0	10,0	0,0	0,0	0,0
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
das quais: intra-instituições do PO	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>59,7</b>	<b>55,7</b>	<b>89,0</b>	<b>42,1</b>	<b>36,4</b>	<b>59,0</b>
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>59,7</b>	<b>45,7</b>	<b>79,0</b>	<b>42,1</b>	<b>36,4</b>	<b>59,0</b>
Transferências intra-instituições do PO			26,4			19,5

Fonte: DGO

O valor agregado dos orçamentos de Atividades e Projetos, deduzidas as dotações inscritas nos agrupamentos de ativos financeiros, passivos financeiros e dotações extraorçamentais (respetivamente, agrupamentos 09, 10 e 12), expurgados os valores cativos e as transferências internas e refletidas as alterações orçamentais, apresentou uma despesa efetiva consolidada no orçamento corrigido de 79,2 milhões de euros e uma execução de 58,8 milhões de euros. A taxa de execução face ao orçamento corrigido na despesa efetiva consolidada foi de 74,3%.

A consolidação entre subsetores foi de 26,4 milhões de euros no que respeita ao orçamento corrigido e de 19,8 milhões de euros no que respeita à execução.

A despesa total consolidada do orçamento corrigido foi de 89,2 milhões de euros e a respetiva execução foi de 58,8 milhões de euros, sendo a taxa de execução de 66,0%.

O quadro seguinte, cuja estrutura tem por base a despesa do Programa não consolidada, põe em evidência a medida - 004 relacionada com o subsetor da Investigação Científica de Carácter Geral, com 64,0% do total do PO18 em termos de execução, devido ao peso do IPMA, I.P. no orçamento do

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

P018 (único serviço com verbas inscritas nesta medida) e a medida 045 - Pesca, a que correspondem 17,1%, fundamentalmente devido à DGRM, que representa 18,6% no total do Programa.

**QUADRO 179 – PO18 – Mar: Despesa por medida do Programa**

Estado, SFA e EPR	Orçamento corrigido de 2017	Execução de 2017	(Milhões de euros)
			Estrutura de 2017 face à execução
004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	58,0	50,4	64,0
040 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	34,7	12,2	15,5
045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA	19,2	13,4	17,0
057 - TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	3,6	2,7	3,4
<b>DESPESA TOTAL NÃO CONSOLIDADA</b>	<b>115,5</b>	<b>78,7</b>	<b>100,0</b>
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>89,1</b>	<b>59,2</b>	
<b>DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>79,1</b>	<b>59,2</b>	
Por Memória			
Ativos Financeiros	10,0	0,0	0,0
Passivos Financeiros	0,0	0,0	0,0

Fonte: DGO

De seguida, apresenta-se a despesa efetiva consolidada do ano 2017 por serviço. Foram excluídos os agrupamentos 09, 10 (sem valor neste PO) e 12 e deduzidas as transferências intrainstituições do PO, quer correntes quer capital.

**QUADRO 180 – PO18 – Mar: Despesa por Serviço do Programa**

Estado, SFA e EPR	Orçamento corrigido de 2017	Execução de 2017	(Milhões de euros)
			Estrutura de 2017 face à execução (%)
IPMA, I.P.	42,3	35,0	59,5
DGRM	22,7	14,6	24,8
DGPM	4,3	2,7	4,6
AG-MM	2,0	1,9	3,2
EMEPC	2,4	1,9	3,2
MAR2020	1,7	1,3	2,2
FCSP	1,2	1,2	2,0
GAMA	0,3	0,2	0,3
FA	2,1	0,0	0,0
<b>DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>79,0</b>	<b>58,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DGO

Em termos de despesa efetiva consolidada, o valor da componente de atividades do orçamento representa 79,5% do total do orçamento executado e a do orçamento de projetos os restantes 20,5%. No que respeita à componente de atividades a taxa de execução face ao orçamento corrigido foi de 71,0% e a taxa de execução da componente de projetos foi de 51,9%, sendo a taxa global das duas componentes de 66,0%.

### **Resultados obtidos**

O MM em 2017 assumiu como prioridades um conjunto de medidas e ações relacionadas com os assuntos do Mar para a implementação de uma estratégia transversal para materializar esse compromisso.

O desígnio político do MM passa pela coordenação transversal dos assuntos do mar, através do reforço da cooperação interministerial na definição e acompanhamento de uma Estratégia Nacional para o Mar (ENM). De acordo com os objetivos de política para o Mar, prosseguiu a execução da ENM 2013-2020, tendo sido desenvolvidas diversas ações para a concretização da mesma, a cargo da DGPM, que acompanhou ainda a execução da Política Marítima Integrada da União Europeia, o que permitiu promover as medidas e políticas transversais relacionadas com os assuntos do mar.

### **Medidas de simplificação legislativa e de procedimentos**

Deu-se continuidade às medidas de simplificação legislativa e de procedimento nos quais se destacaram:

- A Conta Satélite do Mar constitui um instrumento adequado para medir a relevância da economia do mar, apoiar a decisão em matérias de coordenação de políticas públicas para o mar e monitorizar as diferentes componentes da economia do mar seja nas atividades tradicionais ou emergentes, constituindo uma fonte de informação regular sobre o contributo da economia do mar para a economia nacional (RCM nº 99/2017, publicada em Diário da República nº 131/2017, Série I de 2017-07-10).
- Da implementação do Programa Aquicultura+ resultou a desburocratização, desmaterialização e simplificação dos processos de licenciamento, materializada através da publicação do Decreto-Lei nº 40/2017, de 4 de abril, que criou um novo modelo de licenciamento, o qual visou reduzir o prazo de duração dos procedimentos de 3 anos para 3 meses. Foi ainda criado um site de informação específica com a localização dos estabelecimentos de aquicultura e tipologias (<https://eaquicultura.pt/>).
- Fatura Única Portuária: implementada em todos os Portos do Continente desde o dia 1 de janeiro de 2017, com a publicação do Decreto- Lei nº 6/2017 de 6 de janeiro, e a Portaria nº

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

14/2017 de 10 de janeiro, Esta medida permitiu a redução dos fluxos de 5 faturas e 5 recebimentos para uma única fatura, um recebimento e um processo de repartição pelas diferentes autoridades (Marítima, SEF, Portuária, Aduaneira e Sanidade Marítima), simplificando processos administrativos, diminuindo custos de contexto económico e mitigando impactos ambientais. Até junho de 2017 foram emitidas 6102 faturas únicas portuárias traduzidas numa poupança de cerca de 54978 folhas em papel.

**Investigação e inovação**

A investigação e a inovação tiveram o maior relevo na área do Mar, tendo-se desenvolvido os seguintes projetos:

- O projeto 602 – Technology \_01\_ SINKER, da DGPM;
- No âmbito do novo Programa EEA *Grants* 2014-2021, um Programa dedicado ao “Crescimento Azul, Inovação e PMEs”, com uma dotação de cerca de 44,7 milhões de euros para o projeto MARINE-EO;
- No âmbito do IPMA, destaca-se o projeto “Edificação de Radar de Observação Meteorológica na Região Autónoma da Madeira;
- Dos projetos da DGRM destacam-se os “Sistemas de Informação e Comunicações – VTS” com uma execução de 0,6 milhões de euros (43,6%) e o “Desenvolvimento do MONICAP/SIFICAP” com uma execução de 0,5 milhões de euros (83,4%).

**Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas**

---

**II. Opinião do Deputado Relator**

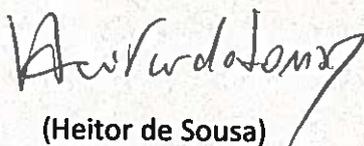
Tratando-se de um Relatório cujo objetivo é evidenciar os aspetos principais dos temas abrangidos pela Conta Geral do Estado de 2017 e que fazem parte da atividade de acompanhamento político desenvolvida no âmbito da CEIOP, a opinião do Relator, neste caso, é completamente dispensável.

**III. Conclusão**

A Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas é de parecer que o presente Relatório, sobre a Conta Geral do Estado de 2017, deverá ser remetido à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, em conformidade com o artigo 206.º, n.º 1, alínea c), do Regimento da Assembleia da República.

Palácio de São Bento, 20 de fevereiro de 2018

O Deputado Relator,



(Heitor de Sousa)

O Presidente da Comissão,



(Hélder Amaral)

